



INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE RUI BARBOSA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

INFLUENCE OF RUI BARBOSA'S THOUGHT ON BRAZILIAN EDUCATION IN THE TRANSITION FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC

NUNES, Wannessa Aquino Reis*

*Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros. Advogada e Docente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC – Afya e da Universidade Estadual de Montes Claros.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discorrer acerca do pensamento do jurista Rui Barbosa sobre a educação brasileira, tendo como recorte temporal a transição do período imperial para o período republicano (1887-1910). Para desenvolvimento e fundamentação do trabalho foram utilizados os autores Nogueira (1996), Machado (1999; 2010), Lourenço Filho (2001), Porto Júnior (2003), Oliveira Júnior (2015), dentre outros. As fontes utilizadas, além de escritos do próprio intelectual em estudo, foram os seus discursos e pareceres que estão reunidos cronologicamente em extensa obra de dezenas de volumes, organizada e publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Advogado e político, grande defensor das liberdades individuais e da modernização do país, com a eloquência, projetava a educação como motor para o desenvolvimento nacional. Conhecido pelas suas contribuições no âmbito jurídico e político nacional, as suas ações em prol da oferta de um ensino de qualidade e de melhorias na educação são ainda pouco estudadas. Busca-se, através deste trabalho, apresentar as contribuições de Rui Barbosa no âmbito educacional, sem o fim de esgotar a grandeza de seu legado, evidenciando as tendências de seu pensamento dentro do período delimitado.

PALAVRAS-CHAVE: Rui Barbosa; educação; influência; república.

ABSTRACT: This article aims to discuss jurist Rui Barbosa's thoughts on Brazilian education, taking as a time frame the transition from the imperial period to the republican period (1887-1910). To develop and support the work, the authors Nogueira (1996), Machado (1999; 2010), Lourenço Filho (2001), Porto Júnior (2003), Oliveira Júnior (2015), among others, were used. The sources

used, in addition to the writings of the intellectual under study, were his speeches and opinions that are gathered chronologically in an extensive work of dozens of volumes, organized and published by Fundação Casa de Rui Barbosa. Lawyer and politician, great defender of individual freedoms and the modernization of the country, with eloquence, he projected education as an engine for national development. Known for his contributions in the national legal and political sphere, his actions in favor of offering quality teaching and improvements in education are still little studied. The aim of this work is to present Rui Barbosa's contributions in the educational sphere, without the aim of exhausting the greatness of his legacy, highlighting the trends of his thought within the defined period.

KEYWORDS: Rui Barbosa; education; influence; republic.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, os bacharéis em Direito destacaram-se em várias áreas do conhecimento, principalmente na política. A criação dos Cursos de Direito no país foi o símbolo da consolidação da Independência do Brasil, ante a necessidade de se formar intelectuais nacionais para ocupar cargos políticos do mais alto escalão, desvencilhando-se da dominação portuguesa e para defesa dos ideais políticos e jurídicos em prol da autonomia do Império.

Desde os tempos coloniais, os bacharéis têm apresentado papel de destaque na história do Brasil, havendo nomes do mundo jurídico cujos pensamentos influenciaram de maneira importante os rumos da educação.

A influência do bacharel Rui Barbosa na educação é tema ainda pouco estudado pelos historiadores e não difundido nos bancos universitários, sendo o advogado mais conhecido no meio acadêmico pelas contribuições no campo jurídico, devido às famosas e icônicas atuações processuais e aos respeitáveis escritos, discursos e pareceres. Reconhecido também na política, por ter sido um dos maiores defensores da abolição da escravatura e dos ideais liberais, lutando fervorosamente em favor das liberdades e das garantias individuais, exercendo vários cargos políticos no decorrer de sua história, inclusive candidatando-se à Presidência da República por duas vezes.

Já no Império, demonstrava sua insatisfação com o cenário político brasileiro, lutando pelo reconhecimento da ilegalidade da escravidão e opondo-se à centralização do poder nas mãos do monarca, estava à frente nas discussões pertinentes ao seu tempo quanto aos direitos e garantias individuais. Rui Barbosa assim dizia:

Minha tarefa, no meio das batalhas pessoais em que se debate a impotência do parlamento, se viu reduzida a bradar pelas leis, que se imolam, e contra os abusos, que se consomem [...] Apelemos, em nome de tudo, para os maiores interessados, para os que têm a superioridade na cultura, no poder e na fortuna: para o Governo, para o capital, para a intelectualidade brasileira. A questão social não é uma daquelas, com que se brinque impunemente (2010, p. 212-528).

Foi “o Grande Mágico da Palavra”, servindo da sua força para defender as causas que julgava mais nobres, simbolizando um ideal. “Pregou a abolição dos servilismos e a liberdade de pensamento, a tolerância e o civismo, a igualdade de direitos e a reação aos absolutismos e aos desvarios de poder. Pregou a paz e a justiça entre os homens” (Barroso, 1949, p. 52).

Advogado por excelência, dedicou sua vida, desde a juventude, à defesa dos ideais e princípios que entendia que “deviam comandar a formação do pensamento público e seriam essenciais à felicidade dos brasileiros” (Nogueira, 1996).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições do jurista e do político Rui Barbosa para a educação no período de transição do império para a república, o qual, adepto do pensamento político e filosófico liberal, acreditava na garantia da liberdade através da educação. Em um período onde o tema era pouco discutido, ele trazia as questões educacionais como prioritárias.

A relevância do estudo emerge da própria história de luta e da carreira profissional de Rui Barbosa, sendo consideradas inegáveis as suas contribuições para a construção do pensamento educacional, seguindo a tendência republicana emergente, vez que projetava a educação como alavanca, motor do desenvolvimento do país (Machado, 1999, p. 02), constituindo a base de suas propostas políticas.

A necessidade da educação era evidente nos pareceres do bacharel, o qual afirmava que “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”. Rui Barbosa enfrentava a ignorância popular como a um inimigo nacional a ser derrotado através da reforma do ensino público (Barbosa, 1947, p. 121).

“Rui Barbosa foi a vida inteira o homem do livro. Viveu do livro, com o livro e para o livro. Foi mais propriamente através do livro que se lhe revelaram a sociedade e o mundo. A experiência das coisas cotidianas ele a adquiriu por assim dizer quase que em contato com o livro” (Pires, 1949). O homem dos 30 mil livros, acreditando no poder transformador da educação, ansiava que todos os brasileiros tivessem acesso gratuito ao ensino, do primário à universidade.

“O espírito do século que aflorou nos seus escritos revela um horizonte mais amplo, e faz dele um importante referencial para o historiador preocupado em colocar seu objeto de estudo no conjunto das transformações mais abrangentes e profundas da sociedade” (Machado, 1999).

O presente estudo pretende abordar o tema de forma introdutória, apresentando resultados parciais de uma pesquisa em andamento. O tema é abrangente e diversas as fontes disponíveis, possibilitando o aprofundamento desta pesquisa e outras abordagens a ele relacionadas. Propõe-se aqui apresentar uma das facetas, pouco conhecida, do advogado, jornalista, político, diplomata, orador, escritor: o Rui Barbosa educador que, dedicando sua vida aos debates, levantou a bandeira da educação e tomou para si a missão de defender a melhoria no ensino no Brasil, o que fazia com muito fervor, embora jamais tenha exercido a docência.

2 RUI BARBOSA: ADVOGADO, JORNALISTA, POLÍTICO, DIPLOMATA

Rui Barbosa (1849-1923) nasceu na Bahia, e seu nome, registralmente, é grafado com a letra Y, Ruy Barbosa de Oliveira, sendo todos os escritos originais grafados e assinados

“Ruy Barbosa”. Todavia, com a mudança ortográfica que proibiu a grafia de nomes próprios nacionais com Y, a Casa de Rui Barbosa foi registrada sob essa regra, constando em todos os seus documentos a grafia “Rui Barbosa”, a qual é utilizada oficialmente.¹

Formou-se em Direito em São Paulo, tendo como colegas algumas figuras importantes para o cenário histórico brasileiro, como Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Castro Alves, dentre outros. Voltando à Bahia, dedicou-se à advocacia e ao jornalismo. Elegeu-se deputado provincial, mais tarde deputado geral por duas vezes, sendo defensor da República. Foi Ministro da Fazenda quando da proclamação da República, sendo irredutível quanto às liberdades individuais, deixando o cargo, segundo o próprio Rui Barbosa, quando da primeira violação à Constituição pelo Estado (Lourenço Filho, 1954).

Foi Senador Constituinte (1890-1896), defendendo e influenciando para que o Supremo Tribunal Federal fosse reconhecido e firmado como Guardião da Constituição, pois seria o único a conseguir frear os interesses políticos, impedindo as arbitrariedades dos poderosos, protegendo a Constituição e o povo. Afirmou Rui Barbosa que o STF não teria meios de firmar a sua autoridade senão no acerto das suas decisões, pois não tem empregos para dar, não tem tesouros para comprar dedicações, não tem soldados para invadir estados (Westin, 2019).

Durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), foi duramente perseguido, pois se opunha veementemente à legitimidade do governo e pela perseguição implacável e violenta do militar aos seus opositores, assemelhando-se a uma ditadura. Acusado de participar de uma rebelião em 1893, saiu do país e teve seu jornal fechado. Foi para a Argentina, depois mudou-se para a Inglaterra, exilando-se e voltando para o Brasil somente em 1895 para ocupar uma cadeira como senador pela Bahia. Manteve-se no Senado por 33 anos, até o seu falecimento, sendo senador por cinco vezes consecutivas: 1890-1896, 1897-1904, 1905-1914, 1915-1921, 1921-1923, todas pela Bahia.

Sem abandonar a política e o jornalismo, dedicou-se à advocacia, atuando em famosas causas nos tribunais brasileiros, às vezes sem nada receber. Chefe da delegação brasileira na Conferência de Haia em 1907, foi uma das figuras mais expoentes na assembleia, destacando notavelmente o nome do Brasil, o que lhe rendeu carinho e admiração que perduram até os dias de hoje e o apelido de “Águia de Haia”. Candidatou-se mais de uma vez à presidência da república, sendo responsável pelas mais calorosas discussões políticas no primeiro período republicano (Lourenço Filho, 1954) e reconhecido como primeiro candidato a falar diretamente com o povo, projeto presidencial chamado de Campanha Civilista. Considerando os moldes eleitorais da época, em que o resultado das eleições era pré-definido por conveniência da elite, a postura e coragem de Rui Barbosa fez emergir no povo uma nova consciência política.

Foi embaixador extraordinário do Brasil na Argentina e lá recebeu o título de doutor *honoris causa*. Grande escritor e orador, foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

¹ Sobre a grafia do nome com a letra Y ser substituída pela letra I, esclarece a Fundação Casa de Rui Barbosa que “em respeito às Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (12 de agosto de 1943) e à Lei n. 5.765, de 18/12/1971, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa, a Fundação Casa de Rui Barbosa não apenas grafa com “i” o nome de seu patrono, como orienta todos os que a consultam a fazer o mesmo”. Disponível em <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br#gsc.tab=0>.

“Rui Barbosa não resultou deste ou daquele movimento intelectual, não foi discípulo ou chefe de nenhuma escola, não representou mesmo esta ou aquela geração, não teve antecedentes e não deixou continuadores. Fenômeno humano interessantíssimo” (Barroso, 1949, p. 51).

Narra o cientista político Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que:

Outras personalidades brasileiras antes do senador baiano haviam pregado a cultura liberal democrática, porém nenhuma delas com alcance e repercussão semelhantes. Rui Barbosa se colocou como pedagogo da opinião da pública, procurando ensinar ao Brasil o apreço por valores como o Estado de Direito e a moralidade na política. E teve sucesso nisso. Ele conseguiu criar uma cultura que foi incorporada à sociedade e permanece viva, incluindo conceitos, ações e formas de discursar e argumentar. É uma cultura política tão forte que muita gente, sem importar a posição ideológica, acaba sendo ruiana mesmo sem ter lido Rui, de senadores e deputados a intelectuais e ministros do Supremo. Nesse sentido, Rui Barbosa está mais vivo do que nunca (*apud* Weistin, 2019).

Após sua morte, em reconhecimento à sua importância para o cenário histórico nacional, como homenagem oficial do governo, sua casa, seus arquivos, seus escritos, seus livros, todo o seu acervo, foram adquiridos em 1924, e considerados patrimônio nacional, conforme decreto governamental (Viana Filho, 1954).

Na casa onde viveu no Rio de Janeiro, foi criado o Museu Rui Barbosa, que depois passou a se chamar Casa de Rui Barbosa, hoje denominada Fundação Casa de Rui Barbosa, que abriga toda a sua produção intelectual e tem como finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa.²

3 CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL

Desde a academia, Rui Barbosa orientava-se pelos princípios anglo-americanos, posicionando-se contra o Poder Moderador. Sob a luz do liberalismo, integrou-se ao grupo dos chamados agitadores, insurgindo contra a escravidão, sendo um dos fundadores do jornal Radical Paulistano, o qual utilizava para desenvolver suas ideias abolicionistas, sua aversão à centralização monárquica, o federalismo e à influência pessoal de D. Pedro II na decisão de todos os negócios imperiais. Utilizava-se de sua eloquência para defender suas aspirações liberais (Nogueira, 1996).

Rui Barbosa jamais exerceu a carreira docente, porém, defendia a importância do avanço nas ciências e na educação, seguindo o exemplo dos países desenvolvidos, reconhecendo a necessidade e a valorização do professor para efetivação das reformas no ensino.

Lourenço Filho (2011, p. 399) afirma que a pedagogia há de ser pautada por concepções dotadas de maior sentido da compreensão humana, grandeza de linhas e força de estrutura. Narra o autor que “a pedagogia de Rui Barbosa reveste-se desses admiráveis atributos,

² Art. 4º da Lei 4.943 de 06 de abril de 1966.

muito embora não fosse um educador de ofício. Rui Barbosa não era um profissional do ensino, salvo uma pequena participação que deu a um curso noturno para analfabetos”. Acrescenta que:

Seus escritos sobre educação, todos produzidos no limitado prazo de um lustro, precisamente o que mediou de 1881 a 1886, tiveram caráter episódico, decorreram da vida política, foram aspectos da luta do doutrinador e reformador social. Nessa época andava entre os 32 e os 37 anos de idade e era deputado pela Bahia (2011, p. 400).

No período imperial, através do jornal O Estado de São Paulo, difundiu a problemática educacional: “sua obra política constitui-se uma defesa da educação como propulsora do desenvolvimento nacional, bem próprio da época” (Porto Junior, 2003), utilizando de seu livre acesso à imprensa para difundir seus ideais liberais.

Para Rui Barbosa, a educação era a primeira necessidade de um país:

Obrigar à instrução elementar é necessidade e justiça. Necessidade; porque a sociedade humana carece imprescindivelmente de que a inteligência dos seus membros preencha ao menos as suas funções rudimentares, as quais sem certas bases de instrução não podem atingir o Estado normal. Justiça; porque a paternidade não pode justificar a sua soberania, até ao ponto de condenar a prole indefesa ao estado mentalmente embrionário da ignorância absoluta. Ante a negligência ou indigência dos pais, essa intervenção é para o Estado, na frase insuspeita do católico Montalembert, “um direito e um dever”. Este dever e este direito são fatalmente limitados pelo seu objeto: a substituição da ignorância popular pela instrução popular (Barbosa, 1947, p. 19).

Maria Cristina Machado salienta que, fazendo análise dos trabalhos do jurista, de sua extensa obra, reflexo de sua intensa atividade, verifica-se a existência de:

um minucioso projeto de educação pública e, no entanto, ilustre desconhecido dos educadores. Ele conhecia as ideias de muitos estudiosos contemporâneos, bem como de períodos anteriores, e mostrava compartilhar com eles parte de sua forma de ver o mundo. Nesse sentido, suas propostas não resultam de sua genialidade ou de uma iluminação divina, mas do intenso debate com as questões mais polêmicas de seu tempo, sempre tomando posição, mesmo que esta lhe causasse dissabores (Machado, 2010).

Influenciado pelos ideais liberais, elaborou vários pareceres acerca da Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior. “Empenhado num projeto de modernização do país, interessou-se pela criação de um sistema nacional de ensino – gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade” (Machado, 1999) buscando demonstrar, através de pareceres e artigos, as suas vantagens e benefícios para o país, tal qual ocorria nos países desenvolvidos.

Pretendia a formação do cidadão de alto nível, defendendo a importância do cálculo, da aritmética, do ensino da língua materna, gramática, das artes, da música, do canto, do desenho, da ciência política, ciências físicas e naturais, educação física, lições de coisas, cultura moral e cívica, geografia e história (Oliveira Junior, 2015). Acrescenta Machado (1999, p. 07), que

Rui Barbosa preocupava-se com a formação do homem crítico e esclarecido para exercer sua cidadania, seus direitos políticos, participando ativa e conscientemente da vida política nacional.

À guisa de exemplo dos esforços do jurista em favor da educação:

Na sessão de 11 de setembro de 1880, Rui propôs um subsídio especial para reorganização do ensino, devendo o governo criar “quatro loterias”, semelhante ao que fora feito para construção do monumento do Ipiranga em São Paulo. Essa proposta de Rui foi aprovada com 59 assinaturas, incluindo as dos membros da comissão de orçamento e a do primeiro vice-presidente da Câmara.

[...]

Na Reforma do Ensino Primário de 1883, Rui defendia uma educação diferenciada. O projeto de 1882, conforme disposto no tomo IV da referida reforma, dividia-se em Liberdade de Ensino, Secularidade da Escola e Instrução Obrigatória (Art. 1.º), Da Educação Primária Pública e seu Magistério (Art. 2.º), Museu Pedagógico Nacional, Escola Normal Nacional de Arte Aplicada, Classes e Escolas de Arte (Art. 3.º), Das Autoridades prepostas ao Ensino (Art. 4.º), Do Fundo Escolar (Art. 5.º), Dos Conselhos Escolares de Paróquia (Art. 6.º), Da Higiene Escolar (Art. 7.º) e Disposições Diversas (Art. 8.º), bem como uma tabela de vencimentos. São aspectos defendidos por Rui a laicidade da Escola Pública (Art. 1.º, par. 3, inciso 3.º), a frequência obrigatória dos 7 aos 13, estendendo-se até os 15 (Art. 1.º par. 5, inciso 4.º) e o alistamento da população escolar (Art. 1.º par. 3 inciso 8.º), bandeiras que seriam mais tarde defendidas pelos “Pioneiros da Educação Nova” (Porto Junior, 2003).

O jurista defendia grandes reformas de cunho liberal, inclusive na educação, abraçando a causa da educação popular, sobre a qual foi convidado a uma conferência com o próprio Imperador D. Pedro II, em 1884, com fincas à discussão dos dois pareceres e projetos de sua autoria, que tinham como objeto a reforma dos três ensinos (Lourenço Filho, 2001, p. 68-69).

Ao propor a alteração da organização escolar em seus pareceres, opondo-se ao modelo existente, criou uma pedagogia com suas próprias características, denominada por alguns como Pedagogia de Rui Barbosa.

“A reforma de ensino proposta por Rui Barbosa procurava preparar para a vida, formando o trabalhador e o cidadão necessários à sociedade brasileira em processo de transformação”. Para conquista de tais ideais, eram imprescindíveis e inevitáveis “a abolição da escravidão, a modernização política do Império, a imigração e a industrialização, entre outras” (Machado, 1999).

Rui Barbosa buscava avanços no ensino superior, acreditando que assim o Brasil estaria mais preparado para a modernização, defendendo, dentre outros, a instrução para mulheres, a instituição da prática nos cursos de Direito, o aumento de disciplinas/habilidades no curso de Medicina, a criação de cursos para atender ao mercado de trabalho, a formação médica para a mulher, os quais viu serem implantados (Oliveira Junior, 2015).

As tensões e a necessidade de emancipação do país levaram à proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, após um longo período de monarquia, a qual enfrentava graves crises econômicas e era constantemente criticada pelos mais diversos setores, sendo alvo da eloquência e da força da palavra de Rui Barbosa.

Várias transformações ocorridas no período imperial acabaram por desgastar o regime, devido ao descontentamento da maioria da população, desde intelectuais a militares. Dentre as transformações, destaca-se a mudança de um cenário rural-agrícola para urbano-comercial em razão dos reflexos da Revolução Industrial e a abolição da escravatura.

Rui Barbosa “semeou ideias (...) com elas derruiu o Império e construiu a República, projetou o Brasil na esfera internacional (...) Orador, acima de tudo, antes de tudo, orador” (Lacerda, 1957). Se insurgia contra a monarquia porque acreditava ser incompatível com a liberdade, sendo necessária a queda do império para que fossem possíveis as transformações socioeconômicas no Brasil (Lima, 1976, p. 89).

Contudo, com a proclamação da república inauguraram-se novos problemas, eis que “o sistema republicano surgiu mais ou menos de improviso, por obra e graça de uma escola de idealistas, e encontrou a sociedade brasileira espiritualmente despreparada para compreendê-lo” (Nogueira, 1996).

Os ânimos positivos com a nova forma de governo foram perdendo força à medida em que as divergências de ideias entre os apoiadores da república foram se intensificando. No campo da educação, não foi diferente.

Identificam-se no período da Primeira República três vertentes que contribuíram para a construção do ideal educacional, pois enxergavam a educação como instrumento de desenvolvimento do país, evento histórico chamado de “otimismo pedagógico” pelos estudiosos, devido ao entusiasmo presente em seus ideais (Porto Junior, 2003).

Dentre essas vertentes, a de Rui Barbosa que, sem filiar-se a nenhuma corrente, “defende que o desenvolvimento nacional do ensino como base para um governo popular e, para que pudesse de fato ser popular, o governo deveria ser embasado na cultura da inteligência” (Porto Junior, 2003) demandando assim altos investimentos na educação, na escola pública.

“A meta educacional não estava no ensino puro e simples do alfabeto e das quatro operações, isto é, na formação de “analfabetos funcionais”. Seu objetivo era ensinar a pensar, a compreender as instituições, a construir a nacionalidade” (Lourenço Filho, 2001). Para Rui Barbosa, a educação era prioritária, sustentando as bases para o desenvolvimento do país.

Quanto à mudança do método:

Em meio ao atraso em que considerava estar o País em relação aos desenvolvidos industrialmente, Rui pensava que uma outra subjetivação seria produzida se substituíssemos o automatismo dos métodos tradicionais pelo método intuitivo. Por meio dele, os indivíduos não seriam autômatos, repetidores de fórmulas cuja compreensão permanecia obscura, mas desenvolveriam o raciocínio lógico frente à experiência sensível do mesmo modo como na abordagem científica da natureza (Santos, 2013).

A reforma de ensino proposta por Rui Barbosa, buscava preparar o indivíduo para a vida:

Esta preparação requeria o estabelecimento de um ensino diferente do ministrado até então, ensino este marcado pela retórica e memorização. Era preciso privilegiar novos conteúdos, como ginástica, desenho, música, canto e, principalmente, o ensino

de ciências. Esses novos conteúdos, associados aos conteúdos tradicionais, deveriam ser ministrados de forma a desenvolver no aluno o gosto pelo estudo e sua aplicação. Para tanto, o método que guiaria este aprendizado basear-se-ia na observação e experimentação, procurando cultivar os sentidos e o entendimento. Recomendava, portanto, a adoção do método intuitivo. Para o autor em estudo, essas mudanças no sistema de ensino eram fundamentais para tornar o Brasil uma nação civilizada (Machado, 2010).

A pedagogia defendida por Rui Barbosa era baseada no método intuitivo, na observação e experimentação, buscando trabalhar diversas habilidades e desenvolver nos alunos o interesse e o prazer em aprender, formando cidadãos éticos e, conseqüentemente, uma sociedade moderna e civilizada.

Rui Barbosa tinha um projeto de educação, propondo várias reformas no ensino, defendendo educação de qualidade para todos os brasileiros, sem distinção, laica, obrigatória, e gratuita, até o Ensino Superior. Defendia a instrução das mulheres, preocupava-se com a formação do cidadão, sem deixar de lado a formação profissional. (Lourenço Filho, 2001, p. 43).

A “Pedagogia de Rui Barbosa” como ficou conhecida, anos mais tarde, também serviu de base e fundamentação para o movimento Escola Nova que, afastando-se do pensamento positivista, defendia uma educação voltada para o ser e suas individualidades.

Os positivistas ganharam força na República, visando a uma educação para o futuro industrial do país, preocupando-se com a formação do ser de múltiplas funções, voltado para as demandas do capital. Por outro lado, o Movimento Escolanovista divergia da educação tradicional, preocupando-se com a individualidade do ser, influenciado pelo americano John Dewey (Porto Junior, 2003).

O movimento Escolanovista teve como um dos seus expoentes Anísio Teixeira (1900-1971), advogado e professor mestre que, no decorrer de sua carreira, ocupou vários cargos de destaque na educação (Secretário de Educação, Secretário Geral da CAPES, Conselheiro Geral da UNESCO, Reitor universitário, Diretor do INEP), sendo autor de reformas no sistema de ensino, publicando vários livros voltados para educação, além de ter participado na elaboração e implantação da primeira LDB. Os preceitos assemelhavam-se ao pensamento de Rui Barbosa, que é considerado por alguns autores como verdadeiro precursor da Escola Nova, cujas ideias teriam sido inauguradas no Brasil sobre as bases do referido jurista.

Anos mais tarde, alguns dos ideais educacionais defendidos por Rui Barbosa emergiram no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, liderado por Fernando de Azevedo, sendo reproduzidos no decorrer das décadas.

Suas propostas à mudança do ensino levam à divergência de interpretação entre os estudiosos, uns vendo-o como idealista e outros como realista. Idealista, porque baseava seu projeto em experiências estrangeiras, de países desenvolvidos, visto como um “transplante cultural”, não considerando, assim, a realidade brasileira. Realista, porque estava um passo à frente e enxergava a necessidade de mudança como algo inevitável, em um futuro certo. Machado (1999, p. 02) conclui que “Rui Barbosa foi realista no seu idealismo e idealista no seu realismo”.

Lourenço Filho narra que Rui Barbosa foi o grande precursor a tratar da pedagogia como um problema integral cultural a ser enfrentado holisticamente, dentro dos campos social,

político, técnico e filosófico. Acrescenta que seu nome foi incluído no rol dos maiores pedagogistas do Brasil, sendo inegável que seu pensamento tanto influenciou “como continua a influir, sobre as gerações sucessivas de mestres estudiosos da especialidade, em nossa terra” (2001, p. 412).

Mario Brockmann Machado, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa³, afirma que “hoje, o liberalismo social e democrático do Rui (...) volta a ocupar posição elevada na agenda pública do país, dela afastando equívocos neoliberais, e provocando uma revisão histórica daquela herança tão precipitada e injustamente olvidada” (*apud* Barbosa, 1999).

Conclui o cientista político que “a persistente ação política de Rui Barbosa, conjugada com seus primorosos e pedagógicos discursos, em defesa da construção de uma sociedade politicamente livre e democrática, economicamente desenvolvida e socialmente justa, permanece exemplar, inspirando um número crescente de brasileiros e brasileiras” (Barbosa, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados mais de cem anos, é inegável o legado deixado por Rui Barbosa no âmbito jurídico, político e educacional, ocupando importante papel na história do Brasil, projetando-o internacionalmente através de seus discursos.

Os ideais de educação difundidos por Rui Barbosa durante o Império e a Primeira República contribuíram para a reforma do ensino no país, dedicando-se à defesa de uma educação laica, obrigatória, seriada e gratuita, do ensino primário ao superior, disseminando o método intuitivo, da observação e experimentação. Liberal e sob influência das escolas anglo-americanas, seus ensinamentos subsidiaram a Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros, trazendo avanços para a educação.

Rui Barbosa enxergava a educação como prioritária, sendo a primeira de todas as necessidades do país e lutou em favor de investimentos para o ensino, da formação de qualidade do professor, da formação do cidadão crítico e apto ao exercício consciente de seus direitos políticos, do desenvolvimento da cultura, imbuído pela preocupação de melhorar o ensino, visando à modernização econômica e social do país, a qual só seria possível através da educação.

Foi um homem à frente de seu tempo, acreditando no poder transformador da educação, que deveria ser ofertada pelo Estado gratuita e obrigatoriamente a todos os brasileiros, sem distinção.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil** [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

BARBOSA, Rui. **Discursos Parlamentares. Obras Completas de Rui Barbosa** - Vol. XLI.

³ A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é uma instituição pública federal ligada ao Ministério da Cultura. Criada pela Lei nº 4.943, de 1966, tem como finalidade “o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino” divulgando a obra e a vida de Rui Barbosa. Tem como origem o Museu Casa de Rui Barbosa, criado pelo Decreto n.º 17.758, de 4 de abril de 1927.

1914. Tomo I. Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1973.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Obras completas de Rui Barbosa, Vol. X, Tomo II. Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARBOSA, Rui. 1849-1923. **Pensamento e ação de Rui Barbosa** / Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

BARBOSA, Ruy. **Coletânea de Escritos** [on line]. Organizador J. P. Pacheco. Coimbra: Editora Wohnrecht, 2019.

BARROSO, Gustavo. Sessão Inaugural. **Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula – Em Comemoração do centenário de Rui Barbosa**. Vol. I. Academia Brasileira de Letras e Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

BRASIL. **Acervo digital. Fundação Casa de Rui Barbosa**. 2020. Disponível em <http://www.acervos.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Lei 4.943 de 06 de abril de 1966**. Transforma em fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

BRASIL. **Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br#gsc.tab=0>. Acesso em 28.09.2023.

VIANA FILHO, Luís. **Antologia de Rui Barbosa**. Selección y notas de Luís Viana Filho. Traducción de Justo Pastor Benítez. Casa de Rui Barbosa – Ministério da Educação e Cultura: 1954.

LACERDA, Virgínia Côrtes. REAL, Regina Monteiro. **Rui Barbosa em Haia – Cinquentenário da Segunda Conferência da Paz (1907 a 1957)**. Casa de Rui Barbosa – Ministério da Educação e Cultura: 1957.

LIMA, Heitor Ferreira. **3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **A pedagogia de Rui Barbosa**. Organização Ruy Lourenço Filho. 4 ed. rev. e amp. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade**. Universidade Estadual de Maringá. UEM. 1999. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_MariaCristina_Projeto_RuiBarbosa.pdf. Acesso em 11.08.2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Coleção Educadores. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2010.

NOGUEIRA, Rubem. **O advogado Rui Barbosa**. 4 ed. Edições Ciência Jurídica. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda, 1996.

OLIVEIRA JUNIOR, Jorge Cardozo. **A contribuição de Rui Barbosa para a educação brasileira (1879 a 1895)**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação. Mestrado em História. Lisboa, 2015. Disponível em file:///D:/Backup/MESTRADO/HIST%C3%93RIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O/RUI%20BARBOSA/Dissertacao%20Final_14_1_2016.pdf. Acesso em 13.09.2023.

PIRES, Homero. **Rui Barbosa e os livros**. 5 ed. Conferência na Casa de Rui Barbosa aos 05 de novembro de 1938. Casa de Rui Barbosa – Ministério da Educação e Cultura: 1959.

PORTO JUNIOR. Francisco Gilson Rebouças. Educação na Primeira República (1889-1930). **UESB - Bahia**, v. 1, n.1. Vitória da Conquista: Aprender, 2003.

SANTOS, Mariângela Dias. **A disseminação da pedagogia moderna por Rui Barbosa**. Mariângela Dias Santos - Universidade Tiradentes. VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08%20IMPRESSOS%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20DISSEMINACAO%20DA%20PEDAGOGIA%20MODERNA%20POR%20RUI%20BARBOSA.pdf>. Acesso em 11.08.2023.

WESTIN, Ricardo. Rui Barbosa usou tribuna do Senado para mostrar ao país importância da democracia. **Arquivo S – Agência Senado**, Jornal do Senado e Arquivo do Senado. Edição 62. Política. 2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ruy-barbosa-usou-tribuna-do-senado-para-mostrar-ao-pais-importancia-da-democracia>. Acesso em 13.09.2023.